

## Desafios do atendimento psicológico *online* à comunidade surda

Challenges of online psychological care for the deaf community

Desafíos de la atención psicológica en línea para la comunidad sorda

Thiago Bagatin 

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, Brasil  
thiagobagatin@gmail.com

Gabriele dos Santos Bonfim 

Centro Universitário Curitiba, Curitiba, PR, Brasil  
gabrielesbonfim@gmail.com

Michele Cristina Xavier 

Centro Universitário Curitiba, Curitiba, PR, Brasil  
michelly.xavier@yahoo.com

*Recebido em 14 de junho de 2023*

*Aprovado em 15 de setembro de 2023*

*Publicado em 10 de novembro de 2023*

### RESUMO

As pessoas que compõem a comunidade surda enfrentam dificuldades e sofrimentos psíquicos específicos, fato que requer uma atenção cuidadosa por parte dos profissionais da psicologia. Diante disso, o presente trabalho tem por objetivo discorrer sobre os desafios do atendimento psicológico *online* à comunidade surda. Para isso, inicialmente realizamos um levantamento bibliográfico, de caráter exploratório, com a finalidade de sistematizar estudos pertinentes ao tema e ao objeto desta pesquisa. No segundo momento analisamos e categorizamos entrevistas de pesquisadoras da comunidade surda, que foram difundidas em sites públicos. Diante desta pesquisa, compreendemos a necessidade de profissionais bilíngues, que sejam capazes de acessar diretamente o material simbólico durante o processo terapêutico e que compreendam os modos particulares dos surdos vivenciarem suas experiências.

**Palavras-chave:** Comunidade surda; Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC); Atendimento psicológico.

## ABSTRACT

The deaf community faces specific difficulties and psychological suffering, a fact that requires careful attention on the part of psychology professionals. In view of this, the present work aims to discuss the challenges of online psychological care for the deaf community. For this, we initially carried out a bibliographic survey, of an exploratory nature, with the purpose of systematizing studies relevant to the theme and object of this research. In the second moment, we analyzed and categorized interviews of researchers from the deaf community, which were disseminated on public websites. In view of this research, we understand the need for bilingual professionals who are capable of directly accessing symbolic material during the therapeutic process and who understand the particular ways deaf people experience their experiences.

**Keywords:** Deaf community; Information and Communication Technology (ICT); Psychological support.

## RESUMEN

La comunidad sorda se enfrenta a dificultades y sufrimientos psíquicos específicos, hecho que requiere una cuidadosa atención por parte de los profesionales de la psicología. En vista de eso, el presente trabajo tiene como objetivo discutir los desafíos de la atención psicológica en línea para la comunidad sorda. Para ello, inicialmente realizamos un levantamiento bibliográfico, de carácter exploratorio, con el propósito de sistematizar estudios pertinentes al tema y objeto de esta investigación. En el segundo momento, analizamos y categorizamos entrevistas de investigadores de la comunidad sorda, las cuales fueron difundidas en sitios web públicos. En vista de esta investigación, entendemos la necesidad de profesionales bilingües que sean capaces de acceder directamente al material simbólico durante el proceso terapéutico y que comprendan las formas particulares en que las personas sordas experimentan sus experiencias.

**Palabras clave:** Comunidad sorda; Tecnologías de la Información y la Comunicación (TIC); Apoyo psicológico.

## Introdução

O atendimento psicológico *online* vem crescendo de forma considerável nos últimos anos. O uso de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), enquanto mediadoras da relação psicóloga/o-paciente, traz uma série de

facilidades, que vão desde o baixo custo até a possibilidade de atendimento a pessoas que moram em locais distantes fisicamente. Durante o isolamento social proveniente da pandemia do COVID-19, aumentou em 800% a solicitação de cadastros na plataforma *e-psi* do Conselho Federal de Psicologia (CFP), indicando que a demanda por esse tipo e modalidade tem crescido, o que leva muitos profissionais a se habilitarem para oferecer serviços psicológicos mediados por TICs (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 3ª REGIÃO, 2020).

Pesquisas apontam o aumento de sofrimentos psíquicos durante e pós-pandemia, em especial decorrentes de alterações de humor, irritabilidade, insônia, déficit de atenção, transtorno de hiperatividade, estresse pós-traumático e raivas (MAGALHÃES; GARCIA, 2021) - fato que pode justificar o crescimento da procura por atendimentos psicológicos *online*.

A pandemia da COVID-19 apresentou mudanças no estilo de vida de grande parte da população mundial, mas isso não ocorreu de forma equânime, pois os grupos sociais, na medida em que apresentam disparidades econômicas, sociais e culturais, foram afetados, por extensão, de formas distintas. O próprio acesso às TICs, que facilitou a comunicação durante o período de isolamento social, não ocorreu de forma igualitária. A comunidade surda, por apresentar características próprias quanto à comunicação e à leitura do mundo, apresenta vulnerabilidades específicas e condições particulares de acesso às Tecnologias da Informação e da Comunicação. Diante disso, o presente trabalho tem por objetivo discorrer sobre os desafios do atendimento psicológico *online* à comunidade surda.

## **Percurso metodológico**

Quanto à abordagem, o presente estudo se enquadra no campo da pesquisa qualitativa exploratória, nos termos apresentados por Piovesan e Temporini (1995), pois visa levantar informações sobre um determinado problema, aumentar a familiaridade com o mesmo, formular hipóteses e apresentar caminhos baseados na interpretação dos investigadores. Possui

caráter bibliográfico quanto à natureza, na medida em que os recursos utilizados são materiais acessíveis, como artigos e livros, colocando em diálogo autores e dados obtidos em diferentes fontes. Destaca-se ainda que utilizamos dados secundários, obtidos de forma indireta em entrevistas publicadas eletronicamente.

A etapa inicial consistiu na realização de um levantamento bibliográfico, com a finalidade de sistematizar estudos recentes pertinentes ao tema e ao objeto desta pesquisa. Pelo fato de não termos encontrado publicações específicas sobre atendimento psicológico *online* da comunidade surda, optamos por considerar palavras chaves adjacentes, como surdos, dificuldades, sofrimentos e tratamento psicológico, que indicassem publicações iniciais relacionadas às dificuldades enfrentadas pela comunidade surda para conseguir atendimentos psicológicos em geral. Os trabalhos encontrados com relação ao tema foram 88, dos quais selecionamos 28 baseados nos seguintes critérios: conteúdo sobre atendimento terapêutico individual, aspectos de linguagem mediada por TICs e proximidade com a área da Psicologia.

A partir dos trabalhos supracitados, desenvolvemos uma sistematização de conteúdo acerca das dificuldades enfrentadas pela comunidade surda no que diz respeito à linguagem e acesso aos serviços de Psicologia. Por fim, fundamentados na concepção vigotskiana sobre estudos da defectologia e na importância da linguagem enquanto instrumento mediador da consciência, discorreremos sobre o uso de Libras nos atendimentos psicológicos *online*.

## Discussão

### Condições históricas e sociais da comunidade surda

A comunidade surda vem vivenciando sofrimentos variados no decorrer da história da humanidade. Em algumas culturas da antiguidade, as pessoas que nasciam com surdez eram consideradas amaldiçoadas pelas divindades e abandonadas ou executadas. Em outras, sujeitos surdos não tinham os mesmos direitos das pessoas ditas normais, pois eram considerados como incapazes e com problemas mentais (FERNANDES, 2017).

Segundo Albuquerque (2018), pode-se afirmar que a discriminação de pessoas com deficiência, incluindo a comunidade surda, existe desde o princípio da antiguidade. Nas sociedades grega e romana, por exemplo, crianças que nasciam com alguma deformidade eram abandonadas, sendo consideradas uma maldição - e em casos extremos poderiam até ser executadas. Nos pontos de vista platônico e aristotélico, pessoas com deficiência não poderiam sequer se unir matrimonialmente para não gerarem filhos considerados deformados (ALBUQUERQUE, 2018).

Na história do Brasil, conforme cita Sampaio (2018), as pessoas com surdez eram consideradas irrelevantes socialmente, impedidas de contrair matrimônio, associadas às que detinham doença psicológica, sendo a surdez tratada durante muitos anos como problema congênito, deformidade fetal, insanidade mental e outros (SAMPAIO, 2018).

Em meado dos anos 1990, o movimento de defesa dos direitos dos surdos realizou uma campanha para promover e expressar sua própria forma de comunicação, buscando reconhecimento social e jurídico. A reivindicação era basicamente pelo direito de se comunicar com os ouvintes em todas as esferas do contexto social, de serem aceitos como pessoas com capacidade para se comunicarem por meio de sinalização própria (BRITO, 2013).

Além da negação da comunicação dos surdos com os ouvintes, outro direito negado a este grupo foi o da educação. Com o fortalecimento dos movimentos de defesa dos direitos das pessoas com deficiência, aos poucos, foi-se conquistando acesso às escolas inclusivas. Atualmente a política da educação versa sobre incluir as pessoas com deficiência nas escolas normais, junto com os demais alunos, para que possam se comunicar e ter o mesmo tipo de conteúdo educacional (COELHO; MIGUEL, 2020).

Embora haja o reconhecimento de que as escolas normais devam ser inclusivas, contemplando a presença de crianças com deficiência e propiciando o contato saudável entre surdos e ouvintes, muitas vezes a estrutura institucional das mesmas não são adequadas e nem os professores são capacitados para que a inclusão passe a vigorar na realidade concreta, para além do que consta em documentos, leis e carta de intenções.

Albuquerque (2018) discorre que a surdez, embora seja uma deficiência orgânica, associa-se também com uma determinada forma de vivenciar a cultura, que requer a aprendizagem de uma língua específica, através da qual uma pessoa passa a fazer parte da sociedade. O autor argumenta ainda que no Brasil, por mais que tenhamos legislações de proteção dos direitos das pessoas surdas, faltam ações concretas que efetivem tais direitos, principalmente com o objetivo de conservar a respectiva memória cultural e inclusão social (ALBUQUERQUE, 2018).

Segundo Almeida (2020), a troca de informações e a manifestação daquilo que se pensa são fatos permitidos pela existência de uma linguagem - normalmente adquirida na infância e com destaque para a influência do contexto familiar. No caso de famílias que contam com a presença de crianças surdas, é comum que os genitores não deem importância à língua de sinais ou ainda desconheçam a sua existência. A consequência é que isso pode ocasionar uma insatisfação da criança com a realidade familiar, tornando-a agressiva e rebelde (ALMEIDA, 2020).

Correa (2020) destaca que os familiares de boa parte de pessoas surdas não têm conhecimento da língua de sinais, dificultando a comunicação das mesmas e, assim, limitando o desenvolvimento de suas capacidades psicológicas (CORREA, 2020).

Guimarães (2019) argumenta que a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) surgiu no intuito de garantir direitos às pessoas surdas, para que estas sejam respeitadas e possam desfrutar plenamente da esfera socioeducacional. Ela foi regulamentada em 2002, com a Lei 10.436, de 24 de abril, sendo designada como a língua oficial dos surdos brasileiros. Todavia, o autor ressalta que o desconhecimento dessa língua por parte de familiares e da sociedade em geral contribui para a existência de obstáculos comunicativos (GUIMARÃES, 2019).

Andrade *et al.* (2016) afirmam que as entidades escolares precisam, além de acolher, melhorar sua metodologia para facilitar a aprendizagem da criança surda, com a implementação do ensino de LIBRAS nos seus currículos, com materiais didáticos apropriados e, dessa forma, corroborar com os preceitos da inclusão social.

Segundo Mourão apud Andrade *et al* (2016),

Frequentemente, se afirma que os surdos usam a visão para entender e compreender os significados, mas se esquece de que não somente os surdos fazem isso; também as crianças (e adultos) ouvintes com pouca instrução fazem isso com livros. Igualmente, as crianças surdas usam visualizar as ilustrações enquanto os pais ou professores contam (sinalizam) as histórias. Dessa forma, elas podem refletir, desenvolver a imaginação, conhecer histórias de mistérios, aventura. Tanto os surdos como os ouvintes têm as mesmas oportunidades: a diferença está na língua (MOURÃO apud ANDRADE *et al*, 2016, p. 58).

Embora no decorrer da história tenha havido tantas pelejas em prol dos direitos da comunidade surda, levando em conta sua identificação cultural, na atualidade, é perceptível ainda uma rotulação no sentido de como se o surdo fosse um doente, atingindo negativamente sua existência (GUIMARÃES, 2019).

Nas palavras de Fernandes (2017), tem-se que:

a divulgação dos saberes da educação e também os métodos da Língua de Sinais foram escritos por ouvintes, sendo restritos o acesso e a divulgação das obras escritas por surdos. Há poucos livros e obras escritas por pessoas surdas, pois não foram preservadas, ou mesmo foram perdidas (FERNANDES, 2017, p.22-23).

A pessoa surda, no enfoque de Ferreira e Eugenio (2018), além de rotulada socialmente como sendo um doente, enfrenta problemas de aprendizagem e de convivência ao ingressar numa instituição escolar, devido à metodologia de ensino, que, quase sempre, não é condizente com a sua condição específica (FERREIRA; EUGENIO, 2018).

No ponto de vista de Guimarães (2019), o tema da sexualidade integra o desenvolvimento humano, sendo bastante explanado pela mídia. Infelizmente, quando voltado para a comunidade surda, ele não é objeto frequente de estudo. Isso demonstra desinteresse social pela comunidade surda, a qual possui peculiaridades quanto a sua linguagem e cultura. Muitos não sabem que um rapaz surdo, por exemplo, possui sexualidade similar à de um rapaz não surdo, visto que a diferença está na discriminação e no processo de aquisição de informação (GUIMARÃES, 2019).

De maneira geral, a sociedade indica a entidade familiar como sendo a responsável pela instrução sexual, entretanto, no que se refere à pessoa surda, é limitada a forma de obtenção de informações. Até pela dificuldade de

comunicação entre ouvintes e surdos. Além disso, há uma forte relutância familiar a respeito da educação sexual (GUIMARÃES, 2019).

Para Almeida (2020), uma das dificuldades pelas quais as pessoas surdas, que compõem a comunidade surda, estão submetidas se refere à falta de acesso à língua de sinais no âmbito familiar, fazendo com que tenham contato tardio com a mesma. Diante disso, os surdos podem ter prejuízos no desenvolvimento psíquico, na medida em que a linguagem é fundamental para o desenvolvimento de suas funções psicológicas superiores (ALMEIDA, 2020).

Correa (2020) relata que boa parte das crianças surdas são filhas de pais ouvintes, que conhecem muito pouco sobre a surdez e, por isso, os tratam como um problema, com dificuldades de aceitação e causando frustrações e opressões. O contexto familiar entre pais ouvintes e crianças surdas, muitas vezes, requer o acompanhamento sistemático de profissionais da psicologia, que podem auxiliar na resignificação da surdez e, assim, contribuir para relações menos prejudiciais para as crianças (CORREA, 2020).

O diálogo, no discorrer de Mattioni (2018), é um instrumento indispensável para proporcionar a saúde mental de qualquer indivíduo. No caso da pessoa surda, que apresenta dificuldades específicas decorrentes da sua condição orgânica e social, é fundamental o acesso a profissionais da psicologia que conheçam a fundo a sua realidade e que sejam capacitados em LIBRAS (MATTIONI, 2018).

### **Psicologia e comunidade surda**

Ao longo da história da humanidade, a comunidade surda enfrentou (e ainda enfrenta) diversas dificuldades apresentadas no tópico anterior. São pessoas com restrição de acesso a direitos, com implicações na comunicação no âmbito familiar, na escola e na sociedade em geral e que são tolhidas de lerem o mundo a partir de sua própria língua. Tais condições implicam, muitas vezes, em sofrimentos psicológicos peculiares, não encontrados no universo dos ouvintes.

Na abordagem de Sunde (2019), no tocante a minimizar os sofrimentos da realidade dos surdos, a educação inclusiva deve integrar tanto a atuação

familiar quanto a pedagógica e psicológica. O autor ressalta ainda que ao longo da história, a Psicologia, tal como a ciência médica, desempenhou função estigmatizante na percepção da pessoa surda, padronizando, dentro da sua ótica, o que é normal, considerando vários fatores vitais do homem e apontando as correspondentes atitudes anormais (SUNDE, 2019).

De acordo com Borborema e Aguilera (2017), diversas são as emoções quando a criança recebe o diagnóstico de surdez. Os pais muitas vezes não estão preparados, causando anseios, preconceitos e conflitos familiares, refletindo diretamente na subjetividade da criança. Agravando, assim, as emoções iniciais decorrentes do diagnóstico da surdez. Segundo os próprios autores: “tendo em vista as fortes emoções, inseguranças e receios provocados pela descoberta, mostra-se imprescindível que a família receba o apoio de um profissional de psicologia” (BORBOREMA E AGUILLERA, 2017, p.135).

A atuação do psicólogo frente a tal realidade, desde o diagnóstico e durante o tratamento é de suma importância, pois além de auxiliar a família no processo de luto por um filho idealizado e aceitação do filho real, ajuda a promover uma adaptação mais saudável e tranquila dessa criança com deficiência aos contextos em que será inserida, da escola ao trabalho no futuro. É fato que ela terá que enfrentar inúmeros obstáculos, desde os momentos iniciais de diagnóstico, os percalços da reação familiar ao mesmo até sua inserção educacional e social mais ampla. Instrumentalizá-la para lidar com os desafios da convivência e garantir suporte emocional frente aos mesmos é tarefa não apenas do psicólogo, mas também da família, que deve estar devidamente orientada para isso (BORBOREMA e AGUILLERA, 2017, p.136).

Segundo Lobo (2016), a compreensão da psicologia sobre os surdos transita da ótica médica para a antropológica social, segundo a qual eles pertenceriam a uma comunidade peculiarmente diferente, com linguagem singular em relação a maior parte das pessoas (LOBO, 2016). Para Sunde (2019), a surdez é compreendida pelos profissionais da psicologia como diferença cultural, sendo que os surdos “procuram afirmar as suas identidades, evidenciando que são membros de uma minoria linguística e cultural que tem normas e valores distintos. (SUNDAE, 2019, p. 36).

Diante de tal acepção, que considera a comunidade surda enquanto pertencente a uma cultura diferenciada, a Psicologia, enquanto ciência e

profissão, precisa adequar suas ferramentas, para que possa contribuir com o desenvolvimento e o zelo pela saúde mental desse público.

Preuss, Rosa e Machado (2020) expõem que a Psicologia tem diversas formas de atendimento terapêutico, que podem ser utilizadas a depender da necessidade de cada indivíduo. Todavia, quando se trata da comunidade surda, existem limitadores que não são tão simples de serem superados, visto a existência de uma barreira linguística. Uma psicologia realmente inclusiva deve atuar em todo o contexto social e com profissionais capacitados (PREUSS; ROSA; MACHADO, 2020).

Diante disso, o atendimento psicoterapêutico com pessoas surdas precisa compreender as questões emocionais particulares das mesmas. A psicoterapia é utilizada de forma profunda nos medos e inquietações, na qual a função do psicólogo é empenhar-se para incentivar os surdos a se tornarem autônomos. Além de que a psicologia desenvolve função relevante nesse contexto, incentivando a igualdade e a aceitação das diferenças nas comunidades em que os surdos estão inseridos (PREUSS; ROSA; MACHADO, 2020).

### **Apontamentos sobre as contribuições de Vygotski para a compreensão da surdez**

Vygotski (1997) discordava de estudos à sua época – década de 1920 – que consideravam a deficiência como mera limitação quantitativa de condições orgânicas. Tais concepções buscavam compreender quais e quantos prejuízos haveriam no desenvolvimento infantil da criança com deficiência, quantificando e classificando hierarquicamente o intelecto e as habilidades motoras de crianças normais e anormais. Contrapondo-se a isso, Vygotski defendia que os estudos sobre a temática deveriam se concentrar nas especificidades de cada deficiência, o tipo de personalidade que dali decorriam, as estruturas orgânicas e psicológicas e o modo peculiar de desenvolvimento de crianças com deficiências (VYGOTSKI, 1997, p.13).

A proposta do autor é de que deveríamos nos concentrar menos nas insuficiências e mais nas suficiências, nas características e capacidades próprias de cada pessoa com deficiência. A ideia central de sua tese era de que a reação

orgânica e psicológica de uma criança com deficiência em desenvolvimento era de compensação, que consiste na criação de mecanismos próprios de superação ou transgressão do limite. Dessa forma, a criança inicialmente não se percebe como deficiente, seu desenvolvimento orgânico e psicológico não ocorre a partir da deficiência, mas, ao contrário, está envolto àquilo que a criança pode fazer. Em outras palavras, seu desenvolvimento não ocorre mediante a falta de alguma coisa e sim na presença de algo, por isso a deficiência – inicialmente – é secundária e não o centro de seu desenvolvimento.

O problema ocorre nas relações da criança com a família, amigos e sociedade em geral, que a enxergam a partir da deficiência, diminuindo sua posição social e estigmatizando suas capacidades orgânicas e psicológicas. Isso ocorre porque as condições de inserção no mundo dos seres humanos são todas formatadas para o mundo da pessoa-sem-deficiência. No caso da pessoa surda, podemos inferir o quanto a sociedade está organizada exclusivamente para os ouvintes e todos que fogem desse padrão são considerados anormais.

Para o autor, a deficiência orgânica é considerada de ordem primária, ou seja, decorre de uma condição biológica peculiar. O mais importante, segundo ele, é compreendermos como o meio social lida com ela, pois o desenvolvimento cultural pode se tornar o principal fator para compensar as deficiências de ordem primária. As limitações e obstáculos que enfrentam as pessoas com deficiência não decorrem primordialmente das condições orgânicas, mas sim do caráter secundário, daquilo que Vygotski conceitua de deficiência de segunda ordem, do caráter social atribuído à deficiência.

Os postulados vigotskianos nos levam a perceber o quão importante é a valorização de formas culturais singulares, com vistas a permitir socialmente o pleno desenvolvimento de todas as pessoas, sem rupturas abruptas e sofrimentos causados por uma tentativa de enquadramento forçado num mundo construído para não-deficientes. “Ler com a mão, como faz criança cega, e ler com os olhos são processos psicológicos distintos, apesar de cumprirem a mesma função cultural no comportamento da criança e terem, basicamente, um mecanismo fisiológico similar” (VYGOTSKI, 1997, p.28).

Na mesma esteira, por mais que culturalmente a comunicação oralizada e a que ocorre por meio da língua de sinais tenham a mesma finalidade, os mecanismos psicológicos de ambas são essencialmente diferentes. É justamente na compreensão das peculiaridades da língua de sinais e suas consequências psicológicas que os estudos sobre o desenvolvimento da criança surda devem se concentrar.

A língua de sinais não pode ser considerada somente a partir da tradução literal de palavras faladas. Ela se configura por mecanismos organizativos e, portanto, psicológicos próprios, com expressões, gestos e impressão de emoções peculiares, que vão além dos significados sociais. O comunicando imprime sua própria personalidade nos gestos e expressões, dando vazão à definição vigotskiana de palavra enquanto um microcosmo da consciência.

Para o autor, “a consciência se reflete na palavra como o sol em uma gota de água. A palavra está para a consciência como o pequeno mundo está para o grande mundo, como a célula viva está para o organismo, como o átomo para o cosmo” (VYGOTSKY, 2000, p.496). Desse modo, a palavra materializa não somente os significados sociais a ela atribuídos, mas também a compreensão de mundo de quem a utiliza.

No caso de pessoas surdas, a comunicação por meio da LIBRAS valoriza e legitima os mecanismos internos próprios dos integrantes do diálogo. Assim, a língua de sinais não pode ser concebida apenas como tradução da língua oralizada, mas sim como o instrumento primordial da consciência de pessoas surdas, que possibilita o desenvolvimento de funções psicológicas superiores e enquanto uma expressão cultural particular.

### **Desafios do atendimento psicológico *online* à comunidade surda**

As mudanças no estilo de vida da população causada pelo isolamento social é tema de diversas apostas. Alguns dizem que tais alterações já estavam acontecendo e a pandemia apenas acelerou esse processo, outros dizem que elas vieram para ficar e que dificilmente retornaremos ao patamar anterior. O fato é que uma das principais alterações nos estilos de vida diz respeito à

mediação das relações humanas pelas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs).

Os atendimentos psicológicos também passaram por significativas mudanças durante o período de isolamento social. A demanda por ferramentas *online* entre os psicólogos cresceu abruptamente, cerca de 800%, conforme apontou o Conselho Regional de Psicologia 3ª Região (2020) baseado nos dados da plataforma E-Psi, responsável pelos pedidos de habilitação profissional para essa modalidade de atendimento (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 3ª REGIÃO, 2020).

Rodrigues e Tavares (2016) sistematizaram, ainda antes da pandemia, possíveis motivadores para uma pessoa recorrer ao serviço de psicoterapia *online*:

1. condição física que limite a mobilidade;
2. a pessoa residir em áreas distantes dos locais onde exista atendimento especializado;
3. condições psicológicas que restrinjam deslocamentos ou viagens (como, p.e., na agorafobia, em episódios de pânico);
4. impedimento de comprometer-se com atendimento presencial por constantes viagens;
5. mulheres grávidas ou com filhos recém-nascidos, assim como aquelas que não têm com quem deixar a criança para ir a um consultório;
6. conflito de agendamento eventual e inesperado que impeça a presença em consulta previamente agendada, no caso de pacientes de psicoterapia presencial em andamento;
7. agenda extensa de trabalho que provoque falta de tempo para deslocamentos;
8. dificuldade para relatar queixas ou admitir determinados conteúdos pessoais;
9. facilitar processos de terapia de família quando os membros estão geograficamente separados;
10. ser portador de doença infectocontagiosa;
11. estar na situação de emigrante e desejar atendimento na língua materna e por pessoa que conheça sua cultura;
12. redução de custos e de tempo no atendimento a detentos com problemas de saúde mental que precisem de cuidados rotineiros;
13. possibilidade de abrir caminho para atendimentos presenciais em pessoas resistentes a buscar ajuda terapêutica, por inibição, recalitrâncias ou outras razões (RODRIGUES; TAVARES, 2016, p. 740).

Durante a pandemia o principal motivo que levou uma pessoa a recorrer aos serviços psicológicos *online* foi, sem dúvida, o isolamento social, mas os elementos citados acima, sistematizados por Rodrigues e Tavares (2016), indicam fatores que podem contribuir para a manutenção dessa modalidade mesmo depois da superação da crise sanitária.

No caso específico do atendimento psicológico *online* de surdos, inicialmente é necessário que o profissional tenha domínio da língua de sinais,

pois ela é o instrumento de mediação entre o paciente e o mundo. É a partir da linguagem que aprendemos a ler e interpretar o mundo e o profissional da psicologia precisa conhecer os mecanismos que permitem um tipo específico de leitura da realidade, mediado pela LIBRAS. De acordo com Ávila e Camargo (2019), a psicoterapia trabalha diretamente sobre o material psíquico dos pacientes, por isso a barreira linguística entre surdos e ouvintes deve ser superada para que uma transferência interpretativa ocorra de modo a garantir que a mensagem passe (ÁVILA; CAMARGO, 2019).

O profissional da psicologia precisa ter acesso direto e específico ao material psíquico produzido na psicoterapia e isso ocorre quando terapeuta e paciente compartilham do mesmo sistema linguístico. Conforme citamos anteriormente, a LIBRAS se configura por mecanismos organizativos e, portanto, psicológicos próprios, com expressões, gestos e impressão de emoções peculiares, que vão além dos significados sociais. O surdo imprime na língua de sinais sua própria personalidade, dando vazão à definição vigotskiana de palavra enquanto um microcosmo da consciência.

Por mais que a existência de intérpretes humanos em detrimento dos softwares de avatares<sup>1</sup> seja uma reivindicação da comunidade surda para os programas televisivos, entendemos que quando se trata de psicoterapia nem mesmo o intérprete humano supera a existência de um terapeuta bilíngue. Se os avatares de softwares para tradução servem somente para auxiliar nas leituras de textos e a comunidade surda prefere o intérprete humano para comunicação em geral (FERREIRA; PEDROSA, 2020), obviamente que são também descartáveis na mediação entre terapeuta e paciente.

O avatar não exprime emoção, é impessoal e os gestos são automáticos e padronizados. O intérprete humano supera essas limitações, mas continua sendo um mediador a mais na relação entre terapeuta e paciente, dificultando o acesso direto do terapeuta ao material simbólico - ao microcosmo da consciência do paciente. Por isso, entendemos como salutar que o profissional da psicologia seja habilitado em LIBRAS, para que a barreira linguística seja superada e os ruídos interpretativos sejam minimizados durante os atendimentos.

Assim, os atendimentos psicológicos *online* com pessoas surdas precisam de uma preparação além das acadêmicas sobre emoções em geral. É notório a necessidade de profissionais capacitados com ferramentas específicas desse campo cultural, desse modo específico de vivenciar a realidade e de sofrer os impactos das adversidades da vida. Segundo Pereira e Lourenço (2017), “a prática exige desses profissionais, conhecimento, treinamento e recursos para que possam obter instruções e se tornarem competentes para realizarem atendimentos éticos aos surdos” (PEREIRA; LOURENÇO, 2017).

Nesse sentido, é fundamental que os profissionais da psicologia bilíngues, que se proponham ao atendimento *online*, compreendam a comunidade surda a partir de suas particulares formas de vivenciar a realidade, com sua própria linguagem e maneiras de interpretar o mundo. Saibam que os seres humanos não são afetados igualmente pelas questões sociais. Cada grupo social passa por situações peculiares.

### **Considerações finais**

Diante do recorrido, verificamos que a comunidade surda vem sofrendo processos de exclusão desde os primórdios da humanidade. Esse público passou por dificuldades e recentemente, com o advento da Constituição Federal de 1988, passaram a ter seus direitos reconhecidos legalmente. Apesar do reconhecimento na legislação e dos avanços tecnológicos, as formas específicas da comunidade surda vivenciar a realidade têm pouco (ou quase nenhum) espaço na sociedade dos ouvintes.

Assim, compreendemos que existem sofrimentos específicos da comunidade surda, que precisam receber um olhar atento por parte dos profissionais da psicologia. As tramas familiares afetam de forma diferente a comunidade surda. É no contexto familiar que muitas dificuldades se iniciam para, posteriormente, estendem-se à sociedade, à saúde e à educação.

Os atendimentos psicológicos *online* têm facilitado o acesso à psicoterapia. No entanto, quando se trata do atendimento aos surdos é fundamental que o profissional seja habilitado em LIBRAS, para que se evite o

prejuízo de acesso ao material simbólico e a terapia possa florescer livremente, sem a mediação de softwares de avatares ou de intérpretes.

## Referências

ALBUQUERQUE, R. S. V. A. **As vozes e a memória do silêncio**: a importância da atuação dos museus na reconstituição e na preservação da memória surda. Dissertação de Mestrado ao Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, RJ, p. 20-23, 2018.

ALMEIDA, M. P. **O pequeno historiador surdo em busca de sentido**: reflexões psicanalíticas sobre a constituição psíquica do sujeito surdo. Trabalho final de Mestrado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, p. 37-71, 2020.

ANDRADE, C. L. *et al.* Literatura Infantil Adaptada para Cultura Surda: Instrução e Deleite. **Revista de Educação Dom Alberto**, n. 9, v. 1, jan. /Jul. 2016, p. 51-58.

ÁVILA, L. A; CAMARGO, G. S. A interface da psicologia com a surdez: uma revisão sistemática. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v.10 n2, p. 148-158. 2019.

BRITO, F. B. **O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais**. 2013. 275 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

COÊLHO, M.; MIGUEL, J. A evolução na Educação dos Surdos no Brasil. Id on Line **Rev. Mult. Psic.** V.14, N. 50 p. 242-259, Maio/2020 - ISSN 1981-1179. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2435/3862>. Acesso em: 17 mar. 2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 3ª REGIÃO. E-PSI: **Conselho Federal de Psicologia disponibiliza sistema de atualização cadastral para psicólogas com endereço de e-mail desatualizado ou não cadastrado** [Internet]. Salvador, BA; 2020. Disponível em: <https://www.crp03.org.br/e-psi-conselho-federal-de-psicologia-disponibiliza-sistema-de-atualizacao-cadastral-para-psicologas-com-endereco-de-e-mail-desatualizado-ou-nao-cadastrado/>. Acesso em: 28 mar. 2021.

CORREA, A. G. Preconceito e Surdez: Uma Análise a Partir do Videodocumentário “Sou Surda e Não Sabia!”, de Igor Ochronowicz (2009). **Primeira Escrita**, 2020, Volume 7, Número 1, ISSN 2359-0335, Página 20-32.

FERNANDES, A. P. O. **Diferenças entre Fala e Escrita do Surdo**: Reflexões Teóricas Segundo uma Experiência Própria. Dissertação de Mestrado em

Linguística e Transculturalidade do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal da Grande Dourados, MS, p. 16-27, 2017.

FERREIRA, L. C.; PEDROSA, L. **Pandemia amplia vulnerabilidades de surdos**, diz secretária. Entrevista com Priscilla Gaspar, secretária nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. 2020, 26 de setembro. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-09/pandemia-dia-surdos-priscilla-gaspar>. Acesso em: 31 mar. 2021.

FERREIRA, P. L. A.; EUGENIO, B. A Escolarização na Escola de Educação Básica: Narrativas de Negros Surdos. **Pesquisa em Foco**, São Luís, vol. 23, n. 2, p. 153-176. Jul./Dez. 2018.

GUIMARÃES, V. M. A. **Representações Sociais sobre a Sexualidade: Um Estudo com Discentes Surdos**. Dissertação de Mestrado em Processos Sociais e Relações Intergrupais do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE, p. 43-67, 2019.

LOBO, M. C. Adolescente surdo e os conflitos da idade: o olhar da Psicologia. **REVISTA NEP** (Núcleo de Estudos Paranaenses), Curitiba, v.2, n.5, p. 132-143, dezembro 2016, ISSN: 2447-5548.

MAGALHÃES, R.; GARCIA, J. M. M. Efeitos Psicológicos do Isolamento Social no Brasil durante a pandemia de COVID-19. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 06, Ed. 01, Vol. 01, pp. 18-33. Janeiro de 2021.

MATTIONI, D. **Reflexões sobre o Atendimento à Pessoa com Surdez: Desafio Para a Psicologia**. Trabalho de Conclusão do Curso de Psicologia da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ, Ijuí, p. 12-20, 2018.

PEREIRA, B. A. M; LOURENÇO, L. M. L. **Surdez e psicologia clínica: contribuições da literatura**. Psicologia.pt ISSN 1646-6977 Documento publicado em 01.10.2017.

PIOVESAN, A.; TEMPORINI, E. R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v.29, n. 4, p. 318-325, Ago. 1995. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89101995000400010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101995000400010&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 31 mar. 2021.

PREUSS, F. C.; ROSA, D.; LAZZARI, S. T.; MACHADO, V. **Deficiência Auditiva e Psicologia**. Anuário Pesquisa e Extensão UNOESC são Miguel do Oeste, 2020.

RODRIGUES, C. G.; TAVARES, M. A. **Psicoterapia online: demanda crescente e sugestões para regulamentação**. Psicologia em estudo, Maringá, vol. 21, n.4. out-dez, 2016, pp. 735-744. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2871/287149565018.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2021.

ISSN: 1984-686X | <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X84087>

SAMPAIO, C. S. **(Des) caminhos da Escuta**: Apostas na Produção de Cuidado no Percurso de uma Pessoa Surda no CAPS II. Relatório final de Estágio supervisionado II com ênfase em Saúde, curso de Psicologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Santo Antônio de Jesus, p. 6, 2018.

SUNDE, R. M. Intervenção psicológica: uma estratégia para a inclusão escolar das crianças surdas. In: **Revista Educação Inclusiva**, Campina Grande, PB, v.3, n.01, janeiro/junho, 2019, p.32-45.

VYGOTSKI, L. S. **Obras escogidas**: fundamentos de defectología. Tomo V. Trad. Julio Guillermo Blank. Madrid: Visor, 1997.

VYGOTSKY, L. S. **A Construção Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Modalidade do artigo: Relato de pesquisa ( ) Revisão de Literatura ( X )

---

<sup>1</sup> Conforme aponta a secretária nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Priscilla Gaspar, “nós preferimos sempre o intérprete humano a qualquer tecnologia. Os avatares, por exemplo, apenas auxiliam nas leituras de textos. Nada substitui o intérprete humano até o momento” (FERREIRA; PEDROSA, 2020).



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)